

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, tendo-se verificado a ausência do Senhor Deputado Municipal Adriano Andrade e dos Senhores Presidentes das Uniãos de Freguesia de Agrobom – Saldonha – Vale Pereiro, Eduardo Almendra e Eucísia – Gouveia – Valverde, José Joaquim Martins. --

----- Justificou dentro do prazo legalmente estabelecido o Senhor Presidente da União de Freguesias de Eucísia – Gouveia – Valverde, José Joaquim Martins, relativamente à sessão da Assembleia Municipal de vinte e sete de junho de dois mil e quinze. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou, depois, que o Senhor Deputado Mário Telmo Legóinha solicitou a sua substituição, ao abrigo do artº 5º do Regimento desta Assembleia, tendo sido convocada para o substituir a Senhora Deputada Marisa Velho. Informou, também, que os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Sambade e da União de Freguesias de Pombal/Vales se encontravam ausentes, fazendo-se representar pelos respetivos substitutos legais, Senhores Diogo Raimundo e Camilo António Videira. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que estava presente a ata para ser submetida à aprovação, respeitante à terceira sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de junho e depois mil e quinze. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período referente à ata da terceira sessão ordinária. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a ata da terceira sessão ordinária à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e quatro Deputados presentes, com vinte votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções, dos Senhores Deputados Paulo Jorge Pereira, Diogo Raimundo, Camilo António Videira e Marisa Velho. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção tecendo algumas considerações preocupantes relativamente à situação da empresa municipal AlfândegaTur, questionando de seguida o Executivo sobre o actual ponto da situação da empresa. Comentou, depois, que na última sessão da Assembleia Municipal, foi falado que o procedimento concursal comum para doze postos de trabalho, ocupados por contrato de cedência de interesse público entre a EDEAF e o Município, se encontravam parados por questões legais, pelo que gostaria de saber o ponto da situação do actual concurso. Continuou, a sua intervenção, e comentou em termos sociais, um problema que tem vindo a ser amplamente divulgado pelos diversos órgãos de comunicação social, que tem a ver com a questão dos refugiados, e que tinha ouvido uma entrevista do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, referindo da disponibilidade de albergar a vinda

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

de refugiados para aquela zona do País. Questionou de seguida o Executivo, sobre se tinha essa pretensão e se sim, quais as regras e os moldes de integrar essa população. Comentou, depois, que sempre ouviu falar aos diferentes Executivos nas sessões da Assembleia Municipal a importância de aproveitar ao máximo o quadro comunitário, questionando de seguida o Executivo que informasse os Deputados Municipais do que já foi feito ou está a pensar fazer para aproveitar esses incentivos do Quadro Comunitário 2020. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. ----- Iniciou a sua intervenção e respondeu ao Deputado Luís Terêncio, que em relação à empresa municipal AlfândegaTur, continuam a negociar a venda do capital social aos interessados, referindo que já tiveram uma proposta para compra do capital social, mas que não acharam que fosse uma proposta vantajosa e que aguardam melhores propostas para poderem avançar com a sua venda, dentro das regras inicialmente previstas no plano de venda. Informou, depois, os Deputados Municipais, que existia uma proposta do Grupo PETER de Mirandela, ligados à Rota do Azeite, no qual eles ficariam com a grande maioria do capital social e a Câmara Municipal com uma pequena percentagem. Contudo, disse, essa percentagem de capital social afeta ao Município, ficaria sempre para vender, conforme estipulado pela Lei. No seguimento dessa proposta, o Município solicitou que a mesma fosse melhorada. Continuou a sua intervenção, e explicou aos Deputados Municipais, que a proposta apresentada pelo Grupo PETER seria transformar o Hotel & SPA numa montra do território, trabalhado lado a lado com mais dois países, Brasil e Angola, nos quais esta empresa já tem produtos da região à venda. Continuou, a sua explicação, e referiu que estão a estudar a melhor proposta, referindo que um Grupo de Capital de Risco demonstrou interesse no Hotel & SPA para integrá-lo numa rede de Hotéis, e ainda que é intenção de uma missão de chineses visitar o local em outubro. Disse, ainda, que aguardam serenamente a melhor proposta que aparecer, sabendo das dificuldades do negócio. Continuou a sua intervenção, referindo que relativamente ao Procedimento Concursal Comum, para o recrutamento de doze postos de trabalho, que a primeira fase do concurso tinha terminado e que tinha sido enviada toda a documentação exigida pela DGAL, de forma a dar autorização para abertura dos procedimentos concursais. Relativamente à situação dos refugiados, comentou, que era muito prematuro o assunto, uma vez que ainda existem muitas incertezas. Disse que era intenção do governo disponibilizar o acolhimento a cerca de quatro mil refugiados, o Papa alertou para que cada paróquia pudesse albergar uma família, contudo ainda não existe nada em concreto sobre essa matéria, referindo também que é preciso que exista vontade dessas pessoas para vir para cá, uma vez que têm preferência para ir para a Alemanha. Continuou, a sua explicação, e comentou que estes refugiados não são económicos mas sim de guerra, são pessoas com algum poder de compra, uma vez que gastaram muito dinheiro para poderem fugir da guerra. Disse, depois, que o Executivo estava muito atento ao Quadro Comunitário 2020 e que estavam a trabalhar conjuntamente com a CCDR-N para serem parceiros. Disse, ainda, que para já, assinaram o pacto nos Quadros Comunitários, referindo que no último quadro havia uma verba que era gerida pelas comunidades inter-municipais e que neste quadro também iria haver, estando definidas as verbas e o seu destino. Realçou ainda, que o grande problema foi terem-nos obrigado a assinar um pacto, que não teve em atenção as prioridades de investimento do Município, mas sim para aquilo que o Governo achou prioritário, nomeadamente, eficiência energética dos edifícios. Contudo este quadro não contempla iluminação pública, referindo tratar-se de um erro, pois permitiria uma poupança superior a 50%, das atuais luminárias para LED's. Disse, depois, que o actual quadro comunitário prevê uma verba às escolas, o que irá permitir que a Escola EB2.3/S de Alfândega da Fé, seja intervencionada. Disse, depois, que vão candidatar a intervenção para melhoria das instalações dos Bombeiros Voluntários e vão fazer um levantamento e candidatar obras que abranjam todas as áreas das águas e saneamentos de forma a melhorar. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 24/09/2015, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e, em complemento à informação acima referida, informou os Deputados Municipais que o Município foi galardoado com a distinção ECO XXI, que é uma distinção que só cerca de trinta autarquias a nível nacional possuem, e que demonstra o compromisso com políticas de sustentabilidade do Município. Informou, depois, os Deputados Municipais, que o Município está com um prazo médio de pagamento de doze dias e que se conseguiu reduzir a dívida em cerca de quatrocentos mil euros, contando ainda continuar a reduzir essa dívida até ao final do ano. -----

2. APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL (PAM) QUE INCLUI UM PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDA (PRD) E ASSISTÊNCIA FINANCEIRA;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção explicando aos Deputados Municipais que o PAM no qual se inclui o PRD está para ser aprovado pela Assembleia Municipal, e vem no seguimento do pedido ao Fundo de Apoio Municipal, sendo este programa o elenar do ajustamento orçamental que tem de ser planeado para os próximos vinte anos. Disse, depois, que está também presente a reestruturação financeira, onde estão incluídos os empréstimos da Caixa Agrícola Comum e, também, o empréstimo que faz parte da assistência financeira do FAM, onde se encontra incluído o empréstimo de urgência a que o Município de Alfândega da Fé teve direito no valor de cerca de quinhentos mil euros, e ainda o empréstimo contratado pelo anterior Executivo, o PREDE, que foi aconselhado pelo PAN, também a ser reestruturado. Esta operação do FAM permitirá suavizar bastante os empréstimos. Continuou, a sua intervenção e realçou que nos últimos programas que foram feitos, nomeadamente, o reequilíbrio financeiro e o saneamento financeiro elaborados pelos técnicos do município, concretamente, pela Dr.ª Carla Victor, foram amplamente elogiados pelo FAM, sendo mesmo dos melhores programas entrados no FAM. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e iniciou a sua intervenção felicitando também a Dr.ª Carla Victor pelo excelente trabalho na elaboração do programa proposto ao FAM. Referiu, depois, que se recordava ter solicitado ao Executivo um mapa onde constassem as rubricas deste programa, ficando sobre compromisso pela Senhora Presidente o envio dessa documentação. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou ao Deputado Luís Terêncio que não foi preciso contratar nenhuma equipa externa para a elaboração deste programa, tal como já tinham feito no Saneamento e no Reequilíbrio Financeiro, e que para este novo programa já nem foi preciso nenhuma equipa externa ajudar, algo que foi amplamente elogiado pelo FAM, que teceu apenas algumas considerações de ajustamento e reestruturação da dívida de um empréstimo, que foi o PREDE, que se traduziu num empréstimo que o Estado deu às Câmaras para estas pagarem as dívidas a curto prazo. Uma vez que a Câmara estava a pagar esse montante à DGT (Direção Geral do Tesouro) que era a entidade responsável, o mesmo era pago com prazos muito curtos. Agora, o FAM dá esse dinheiro, no valor de um milhão e meio de euros, que se divide nos novecentos mil euros que ainda faltavam pagar dos cerca de três milhões do programa PREDE, e os cerca de quinhentos e tal mil euros do adiantamento, uma vez que sabiam que o programa FAM iria demorar muito tempo a ser aprovado, dado que depois de ser aprovado na Assembleia Municipal ainda tem de ir ao Tribunal de Contas. Assim, foi dada a oportunidade ao Município de pedir um adiantamento da verba para conseguir manter as dívidas a curto prazo controladas e não aumentar o tempo dos pagamentos em atraso. Disse, ainda, que esse dinheiro poderia ser usado para pagar ao pessoal e serviços imprescindíveis, sem existir a necessidade de justificar para onde iria o dinheiro. O programa não foi para ir buscar mais dinheiro, mas sim reestruturar toda a dívida permitindo diminuí-la, alargando os prazos e diminuindo os juros. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e comentou que o Senhor Vice-Presidente tinha falado nas suas explicações que o programa assentava numa reestruturação para vinte anos, o que o levou a questionar se não ficaria mais caro essa modalidade de pagamento, uma vez que agregavam toda a dívida numa só e aumentavam o número de anos. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e disse que não iriam ficar mais caros uma vez que existiam prazos de quinze anos a juros bastante elevados. Somente o PREDE é que tinha um prazo de cinco anos. Com a diminuição dos juros, que passa de 6%

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

para cerca de 2% e com a diminuição da dívida, não vai haver aumentos, e permitirá ao Município uma folga mensal maior, e não vai comprometer o futuro, podendo ainda investir noutras áreas, aproveitando o Quadro Comunitário. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto dois** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e quatro Deputados presentes, com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte: -----

- 1. Aprovar o Programa de Ajustamento Municipal (PAM); -----
- 2. Aprovar o empréstimo no âmbito do Plano de Reestruturação da dívida, ao abrigo do artigo 39º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto; -----
- 3. Aprovar o Plano de Reestruturação da Dívida (PDR); -----
- 4. Aprovar o empréstimo a contrair no âmbito do recurso à Assistência Financeira do FAM, no montante de €1.502.818,86. -----

3. PROPOSTA PARA FIXAR AS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR EM 2016;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que o Executivo tinha todo o interesse em reduzir os impostos aos Municípios, uma vez que se vai tentar não aumentar o preço da água e o saneamento. Informou, depois, os Deputados Municipais, que tinham efectuado uma proposta ao FAM que aprova os PAM's, sobre a possibilidade de baixar o IMI para a taxa média, mas o FAM não permite diminuir abaixo dos 0,5%, uma vez que o Governo tem uma Lei muito restrita e exigível sobre esta matéria. Disse, ainda, que tinham feito uma proposta para diminuir gradualmente o imposto para a taxa média durante cinco anos, que não tinha grande impacto nas contas do Município, mas o FAM não deixou por questões legais. Continuou a sua intervenção, referindo que vão efectuar essa nova proposta ao FAM tendo em conta a possibilidade de diminuição do IMI, pelo menos a famílias com filhos, o qual a ser aprovado permitirá uma redução de 10% com 1 filho; 15% com 2 filhos e 20% com 3 filhos. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou a palavra e questionou o Executivo sobre como explicar aos Municípios que concelhos vizinhos ao de Alfândega da Fé e outros, nas mesmas situações ou piores alguns anos atrás, conseguiram ver reduzidas as suas taxas de IMI e Alfândega da Fé não conseguiu, comentando depois que é preciso assumir responsabilidades uma vez que não se conseguiu resolver a situação económico-financeira do Município. -----

----- A Senhora Presidente usou a palavra e respondeu ao Deputado Luís Terêncio que era preciso assumir as responsabilidades desde o tempo do anterior Executivo. Disse, ainda, que era preciso mudar o Governo do País, porque este também herdou uma dívida e em vez de a manter ou mesmo reduzir, aumentou, e o Município tem reduzido constantemente a dívida ao longo dos últimos anos. Continuou, a sua intervenção, referindo que o Governo fez o favor de nos últimos anos diminuir, e muito, as verbas das transferências do Orçamento de Estado, em cerca de um milhão/ano, e mesmo assim cortando nas transferências do Estado e aumento dos impostos às famílias conseguiu aumentar a dívida e o défice, coisas que não aconteceu no Município. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e respondeu à Senhora Presidente que as opções que tomaram, possivelmente, foram as melhores para ela e para o Executivo, referindo que só o tempo dirá se foram as melhores. Relativamente às comparações com o Governo, disse em campanha eleitoral que a Câmara Municipal se encontrava doente e que a queria melhorar. Assim de seguida, pediu à Senhora Presidente que se debata para que as condições de vida dos Municípios melhorem e que o IMI reduza. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara respondeu que tinha o compromisso para se debater a favor da redução do IMI no concelho de Alfândega da Fé, referindo ainda que não era possível reduzir aos limites do endividamento, que no caso do Município seria de nove milhões de euros, e que era completamente impossível reduzir uma dívida herdada de vinte milhões de euros para os nove milhões de euros em apenas seis anos. O Governo ao cortar nas transferências do Estado para as autarquias, aumentou os impostos, nomeadamente, IMI, IRS, IRC e IVA, permitindo às Câmaras aumentarem as suas receitas. Contudo, comparar uma grande autarquia, com bastante população, para uma autarquia com pouca população, esse aumento de impostos não foi suficiente, nomeadamente, o

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

IMT e IMI. Assim, o impacto desses cortes teve mais influência, nas autarquias pequenas, uma vez que dependiam muito das transferências de estado. -----

----- O Senhor Deputado Virgílio Amaro solicitou a palavra e apresentou cumprimentos a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que o valor do IMI não seria de 0,5% mas sim de 1% porque de três em três anos o valor era actualizado e iria subir para o dobro. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto três** à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e quatro Deputados presentes, com quinze votos a favor, zero votos contra e nove abstenções, dos Deputados: Luís Terêncio; Iolanda Neves; Susana Guerra; António Pacheco; José Almendra; Jonathan Pacheco; Carlos Pousada; Paulo Pereira e Pedro Morgado, a proposta para fixar as taxas do imposto municipal sobre imóveis respeitantes ao ano de 2015 a liquidar em 2016. -----

4. TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – PROPOSTA DE PERCENTUAL A APLICAR EM 2016;

----- O Senhor Vice-Presidente usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais tratar-se de uma proposta sobre a taxa municipal de direito de passagem, que normalmente vem à Assembleia Municipal de Setembro e que manter-se-ia a proposta nos 0%. De seguida, sugeriu que os pontos n.ºs 4; 5 e 6 da Ordem do dia fossem votados ao mesmo tempo uma vez que era aprovação de taxas e impostos, sendo que no ponto n.º 5 e n.º 6, a taxas seriam as máximas por uma imposição legal. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto quatro** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e quatro Deputados presentes, com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, fixar em 0% (zero por cento) a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2016. -----

5. PROPOSTA PARA FIXAR A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2015 E A COBRAR EM 2016;

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e informou os Deputados Municipais que a Bancada do PSD/CDS-PP manteria a intenção de voto igual do ponto n.º 3 da Ordem de Dia. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto cinco** à votação, tendo sido aprovada, **por maioria**, dos vinte e quatro Deputados presentes, com quinze votos a favor, zero votos contra e nove abstenções, dos Deputados: Luís Terêncio; Iolanda Neves; Susana Guerra; António Pacheco; José Almendra; Jonathan Pacheco; Carlos Pousada; Paulo Pereira e Pedro Morgado, fixar em 5% (cinco por cento) a percentagem de IRS pretendida pelo Município a aplicar em 2016. -----

6. PROPOSTA PARA FIXAR TAXA DE DERRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E A COBRAR EM 2016;

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto seis** à votação, tendo sido aprovado, **por maioria**, dos vinte e quatro Deputados presentes, com quinze votos a favor, zero votos contra e nove abstenções, dos Deputados: Luís Terêncio; Iolanda Neves; Susana Guerra; António Pacheco; José Almendra; Jonathan Pacheco; Carlos Pousada; Paulo Pereira e Pedro Morgado, aprovar a proposta da Câmara Municipal, fixando em 1,5% (por cento) a percentagem de Derrama pretendida pelo Município referente ao ano de 2015 a cobrar em 2016. -----

7. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO E PAEL - 2º TRIMESTRE DE 2015 - 7º TRIMESTRE DE EXECUÇÃO – PARA APRECIACÃO E CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais que este relatório estava ultrapassado, sendo apenas uma obrigatoriedade legal, uma vez que ainda não têm aprovação do PAM. O PAM vem substituir o Saneamento e o Reequilíbrio e enquanto não for aprovado e executado os relatórios têm de vir à Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório e procedeu à sua apreciação. -----

8. RELATÓRIO DE AUDITORIA E ACOMPANHAMENTO A 30 DE JUNHO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA CONHECIMENTO;

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e informou os Deputados Municipais, que estava presente o relatório elaborado semestralmente pelo Revisor Oficial de Contas, tecendo algumas considerações nomeadamente melhor a gestão de stocks.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido Relatório. -----

9. AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE 47M2 A DESTACAR DO PRÉDIO URBANO COM O ARTIGO 1940, FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e explicou o assunto aos Deputados Municipais, dizendo tratar-se de uma parcela de terreno omissa, inscrita em tempos na matriz, situada junto ao Bairro das Eiras, perto da Escola, tendo no passado lá implantado um barracão, onde os jardineiros guardavam os utensílios, e que agora se pretende desafetar parte do domínio privado para o domínio público e que servirá para futuramente se proceder a uma abertura de uma entrada de acesso para o pavilhão gimnodesportivo da Escola. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto nove** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e dois Deputados presentes, com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar afectação ao domínio público de uma parcela de 47m2 a destacar do prédio urbano com o artigo 1940, freguesia de Alfândega da Fé. Não votaram a Deputada Iolanda Neves e o Deputado António Pacheco por estarem ausentes. -----

10. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA CONHECIMENTO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que se trata de um documento elaborado pelo Município que sucinta de uma forma clara e objectiva a orientação em termos de ética e conduta profissional dos trabalhadores do Município, e foi elaborado no âmbito da transparência do Município. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou a palavra e questionou o Executivo sobre se o Código de Ética e Conduta foi abordado ou discutido com os trabalhadores do Município. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu que não foram ouvidos os trabalhadores do Município, referindo apenas que foi elaborado mediante todos os condicionalismos legais previstos para a função pública, referindo ainda, que é intenção debater este ponto com os trabalhadores. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido documento. -----

11. REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PARA APROVAÇÃO;

----- A Senhora Presidente usou da palavra começando por referir que já existem dois orçamentos participativos, o orçamento participativo jovem e o orçamento participativo sénior, que já vão no segundo ano, tendo sido aprovado um projecto já executado, para os seniores, concretamente, a melhoria das condições da escola do Castelo para ser utilizada como espaço de convívio. Continuou, a sua intervenção, e referiu que é intenção aprovar um regulamento que englobe os dois orçamentos, o jovem, com dez mil euros, e o sénior, com mais dez mil euros. Disse, depois, que era importante alargar os orçamentos participativos a toda a população estando vertida essa intenção no presente regulamento que engloba os dois orçamentos participativos existentes, mais o novo orçamento participativo geral, no valor de quarenta mil euros. Disse, depois, que o orçamento participativo geral vai permitir a toda a população votar on-line através do site da Câmara Municipal, e que as pessoas para além de poderem votar, poderão também apresentar propostas, que serão filtradas pelas divisões DDESC e DO para verificarem se estão dentro do regulamento e se são viáveis, sendo depois colocadas no site. Disse, ainda, que a Associação de Municípios comprou uma aplicação que permitirá a votação on-line da população. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto onze** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o regulamento do orçamento participativo. Não vou o Deputado Pedro Morgado por se encontrar ausente. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

12. REGULAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA APROVAÇÃO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que, com a entrada em vigor do DL n.º10/2015, de 16 de janeiro, que liberalizou os horários de trabalho dos estabelecimentos comerciais, foi dado ao Município um prazo de 120 dias para proceder aos ajustamentos necessários do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais ao novo DL. Disse, depois, que em Reunião de Câmara analisaram o assunto e mantiveram a intenção de manter os horários de funcionamento dos estabelecimentos iguais, uma vez que não existe só restauração e cafés, as pessoas também precisam descansar. Disse, ainda, que só fizeram os ajustamentos necessários ao que o DL obrigou, e que mantiveram os cinco grupos de horários de trabalho existentes no Regulamento. Continuou, a sua intervenção, referindo que a proposta encontrou-se em discussão pública e que a Associação Industrial e Comercial não fez qualquer proposta de melhoria. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto doze** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Alfândega da Fé. Não votou o Deputado Pedro Morgado por se encontrar ausente. -----

13. COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PARA ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTES ESCOLARES 2015-2016;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra e explicou aos Deputados Municipais que a lei obriga a que todos os compromissos plurianuais sejam presentes para deliberação da Assembleia Municipal, e que este é um compromisso efectuado mediante todas as despesas referentes à alimentação e transportes escolares para o ano lectivo de 2015/2016. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto treze** à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar os compromissos plurianuais assumidos para alimentação e transportes escolares 2015/2016. Não votou o Deputado Pedro Morgado por se encontrar ausente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Deputados Municipais que os trabalhos iriam prosseguir no período da tarde com a inauguração da Torre do Relógio e acompanhamento do programa cultural devidamente programado. Interrompeu, depois, os trabalhos por vinte minutos para que os documentos inerentes à tomada de posse da Senhora Provedora do Município chegassem à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

14. ELEIÇÃO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com o objetivo de conferir posse à Senhora Provedora do Município, procedeu à leitura do respetivo Auto, que a seguir se transcreve: *“Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, tomou posse como Provedora do Município a Senhora Sofia Amália Borges Vaz, após ter sido eleita em Assembleia Municipal de vinte e sete de junho de dois mil e quinze. Este auto de posse vai ser assinado, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e pela Senhora Provedora do Município.”* -----

----- Nestes termos, foi conferida posse à Senhora Provedora do Município: Professora Sofia Amália Borges Vaz. -----

15. INAUGURAÇÃO DA TORRE DO RELÓGIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ:

1. APRESENTAÇÃO DO LIVRO “TORRE DO RELÓGIO E O CASTELO DE ALFÂNDEGA DA FÉ”;
2. VISITA À TORRE;
3. ABERTURA DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “QUANDO O RELÓGIO VOLTOU A DAR HORAS”.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não existiram intervenções por parte do público presente. -----

----- A ata minuta foi lida e apresentada aos Deputados Municipais pela Senhora primeira secretária. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A ata em minuta foi aprovada **por unanimidade**, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----
----- Depois, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados Municipais que a Mesa iria propor um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Almiro Padrão, falecido recentemente, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos durante três mandatos, e, atualmente, membro da Assembleia de Freguesia de Vilarelhos. -----
----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o voto de pesar à votação, tendo sido aprovado, **por unanimidade**, dos vinte e três Deputados presentes, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----
----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, após terminarem os eventos referidos no ponto 15, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)